SIMON SCHWARTZMAN

Volta a Córdoba, 1918

Se as políticas anunciadas pelo governo atual para a educação básica são questionáveis, como dissemos em artigo anterior (20/4), as propostas para a educação superior marcam claramente um retrocesso em relação ao que temos e, sobretudo, em relação ao que precisaríamos e gostaríamos de ter.



As propostas para a educação superior marcam claramente um retrocesso

O ministério tem falado em fortalecer a autonomia das universidades, mas a autonomia que está sendo proposta é da Reforma de Córdoba de 1918, e não a das universidades do século 21. O objetivo da autonomia da Reforma de Córdoba era a autonomia política, pela qual as universidades passaram a ser governadas como repúblicas independentes, Estados dentro de Estados, escolhendo seus próprios dirigentes em eleições internas, com a participação de estudantes, professores, ex-alunos e funcionários, com a sociedade pagando a conta sem ter como palpitar sobre o que era feito com seu dinheiro. Na sua época, pode ter sido um avanço importante, fortalecendo o lado moderno e progressista de muitos países latino-americanos, contra as antigas oligarquias. Com poucas exceções, no entanto, essas repúblicas universitárias funcionaram, no máximo, como escolas de líderes políticos e não conseguiram transformar-se em centros modernos de formação de alto nível e de produção científica, com graves prejuízos para seus países.

O conceito contemporâneo de autonomia universitária, do século 21, é totalmente distinto. O caráter democrático das universidades públicas é dado pela sociedade que as sustenta, e não por sua organização interna, que deve maximizar as funções educacionais, científicas e culturais e a eficiência no uso de recursos, contando para isso com a participação e dedicação de seu corpo profissional. Para cumprir seu papel seus dirigentes devem ter autonomia de ação e decisão e receber apoio em função de seus resultados. Cabe aos governos, que representam a sociedade, dizer às universidades públicas o que desejam delas, participar da escolha de seus dirigentes, garantir sua autonomia operacional, dar os meios e cobrar resultados. Cabe às universidades participar da identificação de seus objetivos e cumprir seus mandatos da maneira mais competente e eficiente possível, adotando para isso formas modernas de gerenciamento e controle de qualidade.

Em direção contrária a esta tendência, o ministério anuncia que vai renunciar à sua responsabilidade de participar da escolha dos reitores, permitindo a volta à politização e ao predomínio de estudantes e funcionários das votações; e nada é dito sobre como tornar as universidades responsáveis pelo bom uso de seus recursos e, mais especialmente, sobre sua política de recursos humanos, sem o que elas nunca terão condições de funcionar de forma eficiente e no interesse da sociedade mais ampla.

A outra política para o ensino superior que goza de favor do ministério é a de cotas, sejam para estudantes provenientes de escolas públicas, sejam raciais (ainda que, em relação a estas, o ministério esteja atuando com mais cautela). É perfeitamente legítimo que a sociedade brasileira, que paga a conta, decida que suas universidades devem atender preferencialmente aos segmentos mais pobres da população, e não somente aos setores médios e ricos, como ocorre predominantemente hoje. No entanto, para que este tipo de política seja séria, ela deve vir acompanhada de todo um trabalho difícil de repensar os conteúdos, programas e formas de atuação de instituições que sempre se consideraram como de elite e têm uma longa tradição de eliminar, ao longo dos cursos, os estudantes que não conseguem cumprir suas exigências, sobretudo nas carreiras em que a admissão é menos competitiva. Sem isso, ao introduzir critérios sociais na seleção dos alunos, em detrimento dos critérios meritocráticos tradicionais, as universidades correm o risco de destruir os segmentos de excelência que ainda têm. Em outras palavras, políticas de cotas sociais devem estar acompanhadas de outras políticas de garantia e fortalecimento da excelência e da qualidade, provavelmente por intermédio de instituições distintas, ou diferenciadas. Tudo isso custa caro, é complicado e vai contra a tradição brasileira de tratar todos segmentos do ensino superior como se fossem iguais.



A combinação entre a politização crescente, introduzida pelas eleições diretas, e uma política de cotas sociais que não tome em conta os problemas e as necessidades que ela traz pode significar, simplesmente, a "latino-americanização" definitiva de nossas universidades públicas, que o Brasil, até aqui, tem conseguido evitar, em boa parte graças à qualidade de algumas instituições e ao fortalecimento da pós-graduação. Os reformadores de Córdoba, de seus túmulos, agradecem.

■ *Simon Schwartzman, sociólogo, foi presidente do IBGE*